

Suspense na CUT

Disputa no congresso da CUT ontem, em Cajamar (SP): Jair Meneguelli e Gilmar Carneiro acham que a Central deve apoiar Lula, como a CGT adotou Collor; Vicentinho, dos metalúrgicos de São Bernardo, é contra. A decisão sai hoje.

Quarenta mãos

Os vinte economistas convidados por Abílio Diniz deverão concluir nesta semana as propostas que o grupo Pão de Açúcar vai entregar aos assessores de Collor e Lula antes do segundo turno.

Sem reparos

Como professor de Direito, o presidente da Anfavea, Jacy Mendonça, diz ser legal a contribuição de melhoria proposta por Quercia à Assembléia, que tributa todo imóvel valorizado pela construção de uma obra estadual.

Com reparos

Jacy Mendonça ressalva que, para ser justa, a contribuição de melhoria também precisa reduzir o imposto dos imóveis que sofrem desvalorização pela edificação de obra pública. Ele diz não ter lido a íntegra do projeto.

Munição farta

A Fiesp movimentou-se para fornecer argumentos econômicos, políticos e jurídicos aos vereadores do PSDB e do PDS com o objetivo de obstaculizar o IPTU de Erundina.

Prejuízo geral

A Fiesp quer demonstrar que, aprovado o novo IPTU, o ônus será excessivo para os paulistanos de classe média, sejam proprietários ou inquilinos, enquanto indústria e comércio repassarão o aumento aos preços.

Dois pesos

No caso do aumento do ICMS em um ponto percentual destinado a moradia popular, Mario Amato, da Fiesp, e Abram Szajman, da FCESP, deram seu apoio. As duas entidades estão no conselho do fundo que vai gerir os recursos.

Prejuízo na Cobrasma

A Cobrasma, empresa da ex-presidente da Fiesp, Luis Eulálio Vidigal Filho, realizou nos primeiros nove meses do ano prejuízo líquido de NCz\$ 70,3 milhões. O prejuízo operacional foi de NCz\$ 70 milhões.

Erramos

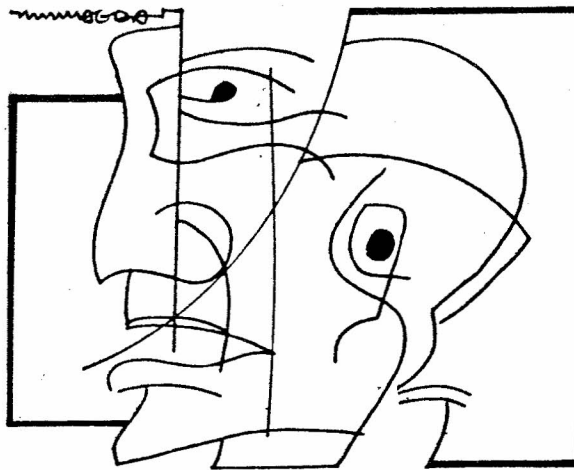
Por problema técnico, republicamos a nota "Ao pé da letra", que saiu com incorreção na edição de ontem: "Na 'Conversa ao pé do rádio', Sarney disse que os especuladores são os 'maiores inimigos' do governo. A CVM responsabilizou Elmo Cambes Filho por irregularidades na distribuidora de seu pai, ex-presidente do BC constituído por Sarney".

Magistralmente definiu Hegel, sob esta rubrica, um vício de lógica muito comum: tomar a coisa pelo aspecto em que ela, aparentemente, não muda. Com efeito, já ensinavam os mestres gregos que tudo passa, tudo flui, a ponto de não ser possível atravessar duas vezes o mesmo rio, porque, da segunda vez, este não será o mesmo, não obstante, aparentemente, não haver mudado.

Quando essa crise, enfim, houver passado — porque é certo que passará — veremos que a sociedade e a economia brasileiras terão, ao lado de um setor público, um setor privado. Como agora, e como no passado, tanto recente, como recuado. Noutras termos, visto sob esse ângulo, nada terá mudado, mas é claro que, se nos limitarmos a esse aspecto do problema, teremos caldo, nada menos, do que no ardil do conceito.

Sim, porque deve ficar claro, desde já, que nem o setor público, nem o setor privado, serão os mesmos. Terá havido, entre os dois, uma redistribuição de funções, b que quer dizer que a economia e a sociedade brasileiras serão outras.

Perdi-me o leitor por essa breve digressão filosófica. Ela vem muito a pelo, à vista da polémica que se está abrindo entre pe colloridos e os lulistas. Ao primeiro exame, os primeiros serão privatistas, isto é, pelo menos, querem restringir drasticamente o setor público ou estatal. Os segundos, ao contrário, dão-nos, por vezes, a impressão de que pretendem, pela extrapolação do estatismo, chegar ao socialismo. O meio dourado seria deixarmos as coisas como estão.



Ora, as coisas não podem ficar como estão, porque a sociedade e a economia são organismos vivos, em constante mudança. E pode acontecer que amanhã os pesos relativos dos dois setores sejam os mesmos, o que não quereria dizer que as coisas não teriam mudado.

Permiti-me lembrar um exemplo ainda na memória de quase todos. Ao se abrirem os anos 50, sob a batuta do segundo governo Vargas, o Brasil vivia uma crise tão violenta que levou ao suicídio do presidente. Essa crise era um fenômeno muito complexo, mas podíamos distinguir certos fatos marcantes. Por um lado, a indústria automobilística — indispensável ao desenvolvimento do país,

naquelas circunstâncias — estava organizada como empresa pública, a Fábrica Nacional de Motores. Por outro, a produção de energia elétrica estava, no fundamental, entregue à Light e outras empresas privadas, nacionais e estrangeiras.

Ora, quando a crise passou, a indústria automobilística tinha sido reorganizada como empreendimento privado, enquanto a produção e distribuição de eletricidade haviam passado à responsabilidade do Estado. Com brilhantes resultados, em ambos os casos.

Em suma, a economia tornara-se diferente, muito diferente, mas a verdade é que o setor privado havia perdido posições e ganho outras. O mesmo aconteceria com o setor público. Ao primeiro exame, seria difícil dizer

Ser flexível para se tornar competitivo

JAN WIEGERINCK

não haverá a desejada paz social. Já a flexibilidade cria e mantém novos empregos e evita a extinção de outros.

A flexibilidade pode ser: geográfica (deslocando o candidato para locais onde haja trabalho); ocupacional (disposição ou preparo do candidato para trabalho diferente daquele até então exercido); de tempo de trabalho (aumento ou diminuição dos horários, conforme a produção); remuneração (substituição de pessoal existente por outro mais jovem e menos experiente, portanto menos exigente, e também por acordos coletivos); de custos (redução de encargos sociais cobrados pelo governo ou de eventuais outras despesas que frequentam a folha de pagamento).

Claro que um tal programa, tão corajoso que implica mudan-

ça radical na forma de conseguir a plenitude de emprego, apresenta a conta da sua instalação. E conta não-modesta. Quem deverá pagá-la?

Ha pouco, num congresso sobre trabalho temporário, em Oslo, um líder sindical advertiu que o custo da implantação do processo não pode onerar apenas a parcela trabalhadora, enquanto os benefícios são creditados ao empresariado.

Tenho entendimento próprio a respeito. Para a economia como um todo não há custo. Há, sim, aumento da produção e da produtividade. O resultado é benéfico para os que trabalham, portanto haverá mais empregos e menor ameaça de desemprego. Acredito que o custo é de caráter psicológico. A insegurança sempre provocada pela mudança.

qual dos dois setores ganhou peso e qual perdeu, mas, mesmo ao primeiro exame, era claro que a economia brasileira, por força dessa permuta, tornara-se muito diferente. E muito melhor.

De minha parte, não cai no ardil do conceito. Sob o comando de Rômulo Almeida e Soares Pereira, fui estatista, ao pugnar pela Eletrobrás; mas, sob o comando de Lúcio Meira, fui privatista, ao trabalhar pela implantação da moderna indústria automobilística brasileira, tão diferente daquela simbolizada pela Fábrica Nacional de Motores, que, como dizia Soares Pereira, nem era fábrica, nem nacional, nem de motores. A exemplo da sociedade brasileira, guiada por seus próprios instintos, fui, ao mesmo tempo, estatista e privatista.

Seria bom que os assessores de Collor e Lula meditassem um pouco nessa lição de nossa história recente. Até para não termos que repeti-la dolorosamente.

O que importa é saber que atividades devem ser privatizadas agora e que outras estatizadas. Com o tempo, nova redistribuição das atividades integrantes do organismo econômico entre os setores público e privado, entrará no ordem do dia e, através dessas sucessivas redistribuições, a economia se irá desenvolvendo, vencendo uma etapa após outra.

O advento do capitalismo financeiro brasileiro está a exigir uma dessas redistribuições de atividades.

IGNÁCIO M. RANGEL, 75 economista, é membro do Conselho Regional R1 e autor do livro "A Inflação Brasileira".

JOELMIR BETING

A abertura uruguaia

Viária da oposição no Uruguai. Oposição, pero no mucho. Os dois candidatos jogavam praticamente com o mesmo programa de governo: abertura da economia para o exterior, privatização de empresas estatais, sane-



REFLEXÃO DO DIA

"Não pode haver derrotados quando o povo decide nas urnas. Quando a democracia triunfa, ninguém perde."

De Julio Maria Danguinetti, presidente do Uruguai.

SECOS & MOLHADOS

1. O ministro Malson Nóbrega esclarece: a tributação do 13º salário na fonte veio para corrigir uma distorção fiscal.

2. Seguinte: sem cobrança na fonte, as empresas carregavam benefícios de executivos no co-